


Seção Temática

Mulheres, territorialidades e epistemologias feministas – conflitos, resistências e (re)existências

Feminismo camponês popular: integração de lutas

Peasant popular feminism: fight integration

 Michela Katiúscia Calaça¹

 https://doi.org/10.36920/esa31-1_st04

Resumo: As camponesas no Brasil e na América Latina têm construído nos últimos anos um conceito para falar sobre suas lutas e seu feminismo. O Feminismo Camponês Popular é uma construção das camponesas da América Latina e do Caribe. Entretanto, este artigo buscou apresentar seus elementos a partir do estudo da experiência no Brasil do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Os objetivos deste trabalho foram: refletir sobre a possibilidade de as mulheres construírem o feminismo a partir de diversas pautas de luta e não apenas as historicamente associadas à luta feminista e os desafios atuais desse processo, e, na medida em que se apresentam esses propósitos, procuramos analisar como esse feminismo reflete em conquistas além das mulheres. O

¹ Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). E-mail: michela.calaca@gmail.com.

conteúdo deste artigo é parte do que foi apresentado na tese de doutorado da autora, carregando consigo a metodologia por ela empregada no referido trabalho: a pesquisa participante, também a análise documental de atas de reuniões do MMC, reuniões das mulheres da Cloc (Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo), declarações de encontros e relatórios de eventos. O artigo tem como foco a construção realizada pelo MMC, entretanto, a intrínseca relação entre o MMC e a Cloc na construção do Feminismo Camponês Popular nos impele a traçar a trajetória de um trazer a outra. Como resultado, é possível afirmar que ser feministas para as camponesas foi um processo de conhecimento do feminismo e reconhecimento de si, mediado por várias lutas nem sempre reconhecidas socialmente como luta feminista.

Palavras-chave: organização; formação; luta; Feminismo Camponês Popular.

Abstract: In recent years, peasant women in Brazil and Latin America have created a concept to talk about their struggles and their feminism. While popular peasant feminism was constructed by peasant women in Latin America and the Caribbean, this article depicts its elements by examining the Peasant Women's Movement (Movimento de Mulheres Camponesas, MMC) in Brazil. Our objectives here are to reflect on whether women can build feminism through diverse agendas rather than only those historically associated with feminism and its current challenges, and to analyze how popular peasant feminism reflects achievements that extend beyond women. This article is derived from the author's doctoral dissertation, and utilizes the same methods, namely participatory research, documentary analysis of minutes from meetings of the MMC and of women participating in the Latin American Coordination of Rural Organizations (CLOC), meeting resolutions, and event reports. While the article focuses on the work of the MMC, the inherent relationship between the MMC and CLOC in establishing popular peasant feminism compels us to examine their trajectories together. We can affirm that for peasant women, being a feminist was a process of learning about feminism and recognizing oneself that was mediated by various struggles which were not always socially recognized as feminism.

Keywords: organization; formation; struggles; popular peasant feminism.

Introdução

“Es de la resistencia y lucha histórica de las mujeres del campo que se asienta en la génesis del Feminismo Campesino y Popular”. (CLOC, 2018a)

O Feminismo Camponês Popular tem sido o nome dado pelas camponesas que constroem a Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (Cloc),² às lutas que travam como mulheres. O conceito surgiu, aproximadamente, em 2009-2010, em meio aos debates sobre se as lutas realizadas pelas camponesas eram feministas ou não. Durante esses debates em 2015, o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) no Brasil resolveu iniciar um processo organizado de discussão sobre o seu feminismo, promovendo diversas atividades internacionais, nacionais, estaduais e comunitárias para discutir o Feminismo Camponês Popular e sua pertinência na realidade camponesa brasileira, passando a partir de 2017 a usar com mais firmeza o conceito.

O MMC é um movimento auto-organizado de mulheres camponesas cujas participantes têm diversas identidades,³ e surgiu no processo de reorganização da esquerda no Brasil no final da ditadura, assim como diversos movimentos estaduais de mulheres trabalhadoras rurais e mulheres agricultoras. Ao longo de sua história de luta e organização, foi percebendo o limite de atuar apenas como uma articulação e se propôs a se transformar em um movimento nacional, reivindicando um nome que pudesse demarcar a diversidade do campesinato como classe que é parte da classe trabalhadora (CALAÇA, 2021; MMC, 2018).

Foram os encontros do MMC e os debates realizados nesses encontros e na construção do livro da Cloc (no prelo) que levou esta autora a optar por estudar o Feminismo Camponês Popular no decorrer do seu doutorado. Este artigo apresenta uma parte do conteúdo da tese (CALAÇA, 2021),⁴ realizada com base

2 A Cloc é uma organização que faz parte da Via Campesina. É o espaço onde as definições da Via Campesina Internacional na América Latina e no Caribe são tomadas, mas também é uma organização autônoma, com processos decisórios próprios e, inclusive, definições políticas diferentes da Via Campesina.

3 São pescadoras, trabalhadoras rurais, sem-terra, agricultoras familiares, assentadas da reforma agrária, indígenas, quilombolas, povos de matriz africana, atingidas por barragens, faxinalenses, entre inúmeras outros povos e comunidades tradicionais, com vários modos de vida.

4 Este artigo é uma análise sobre o trabalho de campo realizado nessa tese e buscou examinar resumidamente os elementos apresentados em seu Capítulo V. Assim, ele é a análise mais direta sobre a vivência e as análises dos

na metodologia da pesquisa participante (BRANDÃO; STRECK, 1981; BRANDÃO; BORGES, 2007), tendo em vista a impossibilidade de separação entre a militante e a pesquisadora/autora que, ao mesmo tempo que estudava, construía o que estudava, participando de espaços de reflexão e decisão política, como foi o caso da construção dos encontros do MMC e da Cloc que debateram o Feminismo Camponês Popular entre 2015 e 2021. A metodologia envolveu também análise documental de atas de reuniões do MMC e das mulheres da Cloc, declarações de encontros e relatórios de eventos das duas organizações, em especial, a Cartilha do Feminismo Camponês Popular (MMC, 2018), e dois livros lançados pelo MMC, durante o processo de debates sobre o seu feminismo (PULGA *et al.*, 2018; MEZADRI *et al.*, 2020). Também se beneficiou dos diversos espaços de formação e organização de que temos participado nos mais de 10 anos em que colaboramos para a construção do Movimento.

Há intrínseca relação entre o MMC e a Cloc na construção do Feminismo Camponês Popular, o que nos impele traçar a trajetória de uma organização à outra. O MMC é parte da Cloc e de La Via Campesina, estando na Articulação de Mulheres⁵ da Cloc desde o seu surgimento, ainda como Comissão de Mulheres em 1997 (CALAÇA, 2021, p. 301).

O artigo tem como objetivos refletir sobre a possibilidade de as mulheres construírem o feminismo a partir de diversas pautas de luta, e não apenas as historicamente associadas à luta feminista, e demonstrar os esforços recentes do MMC na construção permanente do Feminismo Camponês Popular. Na medida em que expomos esses dois objetivos, buscamos demonstrar que esse feminismo produz lutas e conquistas que vão além das mulheres camponesas, pois, ao lutar por seus direitos e pela natureza, conquistaram direitos não apenas para elas. Suas denúncias sobre a destruição da natureza e suas experiências em sua defesa apresentam-se como um interesse que transcende as mulheres.

documentos estudados para a tese. Seu arcabouço teórico mais expressivo se encontra nos Capítulos I, II e III, como: o debate sobre a inter-relação entre racismo, patriarcado e classe; sobre o debate do campesinato no Brasil e sobre a diversidade do feminismo. Este artigo, mesmo que não citado diretamente, carrega consigo todo esse arcabouço.

5 Instância da Cloc voltada ao fortalecimento da atuação das mulheres, responsável por animar as formações, assembleias e diversos processos voltados às mulheres internamente na Cloc.

A Cloc e o MMC são espaços nos quais a diversidade é a base que sustenta a sua força e o seu feminismo. Ela se expressa na construção do feminismo, de pautas e de modos de vida, e por isso seria mais complexo apresentarmos uma síntese como essa para toda a Cloc. Focar na experiência do MMC nos ajuda a colocar sobre bases concretas o Feminismo Camponês Popular, sem correr o risco de generalizar.

O artigo está dividido em duas seções. A primeira apresenta três exemplos concretos de lutas travadas pelas camponesas do MMC ao longo da sua história, mostrando a integração de várias pautas: luta por direitos trabalhistas para as camponesas; luta contra o deserto verde, expresso nos monocultivos de eucalipto; e a luta pela agroecologia, manifestada na defesa das sementes crioulas. A segunda seção, partindo das experiências tratadas na primeira e nos documentos analisados, busca apresentar elementos teórico/políticos que estruturam o Feminismo Camponês Popular. Os elementos trazidos foram sistematizados nos processos de debate desse feminismo desenvolvido no MMC e analisados ao longo da construção da tese (CALAÇA, 2021).

As lutas dão conteúdo teórico/político ao Feminismo Camponês Popular

As organizações no Brasil, na América Latina e no Caribe que constroem o Feminismo Camponês Popular partem de uma prática pública estruturada em um tripé: organização, formação e luta que se retroalimentam e são totalmente interligados na prática. Essa explicação é necessária para deixar nítido que, quando exemplificamos, tratamos, a seguir, de três lutas, que necessariamente estiveram ligadas a processos de formação e de organização das mulheres.

As camponesas têm sempre lembrado que o Feminismo Camponês Popular é uma construção permanente. Muitos elementos da sua realidade ainda não estão analisados tendo o feminismo como mediador, mas já é possível, no âmbito do MMC, apresentar algumas sínteses que demonstram que ele é parte intrínseca das lutas das camponesas.

Luta por direitos: a luta da Previdência dentro da Seguridade Social na constituinte de 1987

“A Luta pela Previdência, mexe com o agronegócio, mas também com os direitos das mulheres, mostra um feminismo classista”. (*Grupo 3 sobre feminismo no I Seminário Internacional FCP*)

A luta pelo reconhecimento (FRASER, 2006) como mulheres trabalhadoras rurais no surgimento do MMC era a ideia central que originou a organização naquele período. Contudo, essa pauta se mantém e se renova cotidianamente, seja pelos elementos da divisão sexual do trabalho (KERGOAT, 2009; CONTE; CALAÇA; TABORDA, 2020) que, no rural, atua como fundamento justificador de uma exploração do trabalho das mulheres, negando a elas a importância econômica, social e cultural de suas atividades, seja pelos diversos ataques que a Seguridade Social sofreu ao longo de sua história.

Essa luta, geralmente, é compreendida como enfrentamento de classe, pois é uma categoria de trabalhadoras que busca direitos, mas também é compreendida como uma luta que dialoga com a lógica do reconhecimento. Isto porque as camponesas sempre trabalharam nos diversos espaços da unidade de produção familiar e ainda vendendo a força de trabalho ao lado da família.⁶ Esse trabalho estava relegado à condição de ajuda a outra pessoa, geralmente, um homem, que era entendido como quem de fato trabalhava. No entanto, aos homens também faltavam os direitos conquistados pelos trabalhadores e trabalhadoras da cidade, o que demonstra que a conquista da condição de segurados e seguradas especiais da Previdência Social por esse público se configura uma conquista para homens e mulheres, mesmo que apenas as mulheres lutassem por ela.

As camponesas no Brasil, nos anos 1980, estavam formando grupos de mulheres em diferentes realidades estaduais. Havia grupos de mulheres cristãs ligados à Teologia da Libertação, grupos de mulheres nos sindicatos rurais e já existiam alguns movimentos de mulheres camponesas (com nomes diferentes),

⁶ Como apresentado em Calaça (2012), algumas camponesas trabalhavam nas fazendas de sua região, pois o pai negociava o trabalho de todas as pessoas da família e recebia o pagamento por esse trabalho.

que discutiam as propostas para a nova Constituição que atendessem às suas necessidades.

Essa luta enfrentava, no campesinato, uma resistência dos homens da liderança, que a entendiam como uma luta menor, “reformista”, “não estrutural”. Todavia, as camponesas sabiam o quanto trabalhavam na roça e em todos os espaços da unidade de produção, e como esse não reconhecimento tirava delas a oportunidade de uma vida mais autônoma e a possibilidade de acesso às políticas públicas para produção. Perceber que é o machismo como expressão do patriarcado (SAFFIOTI, 2004) que impede a visibilidade do trabalho das mulheres foi parte do processo de luta por direitos, possibilitada pela opção de se organizar em um espaço composto apenas por mulheres, ou seja, em um movimento auto-organizado.

Foi a luta das camponesas que levou a homens e mulheres do campo o direito à aposentadoria, ao auxílio-doença e a vários outros direitos trabalhistas já existentes nas cidades. O reconhecimento desses direitos permitiu que as camponesas lutassem por políticas públicas específicas para mulheres camponesas e conquistassem o direito à titulação conjunta da terra na reforma agrária, crédito específico, entre outras políticas públicas.

A conquista dos direitos trabalhistas para os trabalhadores rurais teve impacto concreto na luta de classe, pois os fazendeiros tiveram que pagá-los, o que dificultou a lógica de eles empregarem o homem e poder explorar o trabalho da família inteira, haja vista que todos e todas que trabalhavam em alguma fazenda precisavam ser registradas(os). Entretanto, teve também impacto direto na organização e na possibilidade de autonomia econômica das mulheres.

As conquistas da Constituição de 1988 levaram a uma constatação: as mulheres continuavam não tendo acesso aos direitos. Tendo em vista este fato, as camponesas se reuniram em articulação com outros movimentos e organizações feministas e também com mulheres camponesas de outros movimentos para lutar pela regulamentação de cada direito conquistado, em especial, a licença maternidade. Juntas, perceberam que existiam muitos relatos

de camponesas que não tinham nenhum tipo de documento, nem mesmo o registro de nascimento.

Essa realidade fez com que as camponesas organizadas em diversos movimentos, sindicatos e outras organizações promovessem uma Campanha Nacional para que as trabalhadoras rurais tivessem acesso aos documentos básicos como Certidão de Nascimento, Registro Geral e Cadastro de Pessoa Física.

A campanha, denominada “Nenhuma Trabalhadora Rural Sem Documento”, foi pensada, organizada e executada pelas camponesas que viajavam entre regiões e estados, conduzindo reuniões em vários lugares, paróquias, sindicatos e comunidades rurais. Algumas viajavam por semanas, outras iam para lugares mais perto de suas casas, mas todas tiveram que enfrentar os comentários machistas do marido, das vizinhas e vizinhos, o que tornava a ideia de autonomia e liberdade parte da luta pela documentação, pois percebiam como era permitido aos homens ir e vir sem questionamentos, mas às mulheres não.

A falta de documentação é, sem dúvida, a expressão da violência de classe que vive o rural brasileiro, mas é também a expressão do racismo (GONZALEZ, 1984; ALMEIDA, 2019) e do patriarcado (SAFFIOTI, 2004; DAVIS, 2016) que desumaniza as mulheres, particularmente, as mulheres negras, pois aos homens o direito de possuir documentos não era questionado, uma vez que, desde que tivessem condições financeiras, todos tinham acesso a documentos básicos, o que não ocorria com as mulheres. Essa campanha virou política pública em 2003, mas não teve mais orçamento direcionado a ela a partir de 2017.

Contra o deserto verde – ‘Ação como afirmação do feminismo’

Esta seção trata da ação de denúncia das mulheres da Via Campesina contra uma empresa produtora de eucalipto, realizada em 8 de março de 2006, durante o Fórum Social Mundial. Foram as mulheres que pensaram, organizaram, executaram essa ação. As notícias diziam que foi tudo organizado por um homem, e é o nome dele que aparece como o grande líder por trás daquela ação. No entanto, as fotos só mostram mulheres com os rostos cobertos por lenços, derrubando um viveiro de uma empresa que vinha acabando com a água em

vários lugares do país e que respondia na justiça por invasão de território indígena.

Não sabemos quem estava lá, mas sabemos que eram mulheres camponesas que, nesse 8 de março, lutavam contra uma empresa que lucrava causando prejuízo ambiental. A plantação de eucalipto é responsável por secar inúmeras fontes de água no Espírito Santo, no Rio Grande do Sul, e as mulheres camponesas, defensoras da agroecologia, que entendem a importância da água para manutenção dos diversos modos de vida, “se vingaram”. Enfrentaram o capital e o racismo que essa empresa representa, quando se posicionaram como representantes do progresso, colocando em risco os modos de vida inclusive dos indígenas. E, novamente, precisaram afirmar que as mulheres são capazes de construir e executar uma ação de luta sozinhas. Defender, internamente, nas organizações camponesas, a importância da ação foi uma confirmação da autonomia e liberdade das mulheres de lutar como querem e pelo que acham importante.

Nesta ação especificamente é possível compreender que lutar contra uma empresa que destrói a natureza, que se apropria de terras de povos tradicionais, é constitutivo de um feminismo que surge de mulheres que vivem no campo, na floresta e nas águas. Mas uma vez a luta das camponesas denuncia uma atividade predatória a todo o planeta e a humanidade, não apenas em relação à vida das mulheres, mesmo que sejam elas as que sofrem os piores impactos dessa destruição.

A defesa das sementes crioulas, da soberania alimentar e da agroecologia

Quando as feministas dizem que quando as mulheres constroem a agroecologia estão construindo o feminismo, ouvem de alguns homens: “defender a natureza, eu também defendo, então também sou feminista?” O termo agroecologia chegou ao Brasil e conseguiu empolgar um setor da esquerda ligado aos movimentos do campo, da floresta e das águas e um setor da assistência técnica e extensão rural que já se preocupava com os prejuízos ambientais da revolução verde, mas que entendia que essa questão não era

passível de ser resumida nas mudanças apenas tecnológicas da produção de alimentos.

Quando voltamos nosso olhar para as camponesas, elas se reconheceram nas propostas da agroecologia, seja porque por muito tempo tiveram que enfrentar os técnicos que diziam que o conhecimento delas era atrasado, que era preciso “modernizar”, seja porque aquelas sementes que elas ocultavam e plantavam em locais escondidos do quintal, agora alguém dizia e demonstrava que eram importantes. As camponesas foram, nas suas unidades de produção, as que lutaram contra a padronização. Seus quintais eram exemplos concretos dos efeitos que a diversidade de plantas e animais podiam fazer tanto em benefício da alimentação da família quanto da preservação da natureza.

Visibilizar a importância do trabalho produtivo das mulheres camponesas é denunciar a falsa dicotomia entre trabalho produtivo, reprodutivo e de cuidados, e demonstrar a sua relevância como elementos que fortalecem a luta das mulheres (FEDERICI, 2019, 2021).

A experiência de preservação e o resgate de sementes é uma prática das mulheres camponesas que tem passado de geração em geração e acontece em todos os países e em todas as organizações que compõem a Cloc. No MMC, foi o estado de Santa Catarina que primeiro, já em 2001, estruturou um programa de resgate de sementes, com ações de cunho organizativo e formativo. A experiência exitosa e o reconhecimento que essa era uma prática que ocorria em todos os estados onde o MMC estava organizado, levou o movimento a nacionalizar, em 2007, um processo organizativo de resgate de sementes,⁷ por meio da Campanha Nacional de Alimentação saudável. A respeito dessa campanha, escreveu Jalil (2009, p. 179):

Para as mulheres, a Campanha representa seu trabalho, seus saberes, seus conhecimentos, seus valores e suas verdades. Elas não só reconhecem a Campanha, elas se reconhecem nela, com ela e para ela; ao praticarem, ao construírem os bancos de sementes crioulas, ao trocarem sementes, ao plantarem as plantas medicinais, trocarem receitas e mudarem os hábitos

⁷ Em 2017, como resposta à crise econômica que na vida do povo se transforma em fome, o MMC converte esse processo na Campanha Nacional Sementes da Resistência: camponesas semeando esperança, tecendo transformação, como forma de ampliar o resgate de sementes e diminuir o impacto da fome nas comunidades em que o MMC está presente.

alimentares, elas resgatam, divulgam e fortalecem suas práticas milenares.

Para o MMC, a preservação das sementes tem uma importância em si mesma, pois é preservação da cultura, dos costumes alimentares e da natureza. Mas é também enfrentamento ao capitalismo, ao racismo e ao patriarcado.

O tema das sementes aparece ainda em todos os Seminários Internacionais que discutiram o Feminismo Camponês Popular. Como explicam Calaça, Seibert e Cinelli (2020):

Fica evidente, quando nos debruçamos sobre o trabalho de sementes realizado pelo MMC, que existe uma relação de ida e vinda, ou talvez complementariedade na ação, quando o movimento busca, a partir da experiência vivenciada pelas mulheres no seu cotidiano, da sua cultura e do seu modo de vida, trazer reflexões sobre as ligações entre essa realidade e os problemas gerados pelo sistema capitalista, patriarcal e racista, mas também como o entendimento sobre esse sistema possibilita que as camponesas superem tradições culturais que lhes aprisionam e construam saídas para as relações sociais que são tidas como naturais em suas vidas.

Como mostrou Catiane Cinelli (2012), ao estudar a construção do Programa de Sementes Crioulas do MMC, para as mulheres preservarem suas sementes foram necessárias muita luta e estratégias coletivas. Esse enfrentamento se expressa na luta pelo acesso à terra, ao crédito para produzir, às políticas públicas de comercialização, de assistência técnica específica para as mulheres e a auto-organização, conformando pontos essenciais para autonomia econômica das camponesas. Indo inclusive além delas, as inúmeras experiências com famílias camponesas têm mostrado que o trabalho das mulheres realmente beneficia toda a família, pois, quase sempre, elas investem todo o dinheiro que ganham para atender às necessidades das(os) filhas(os) e da casa, como demonstrado no estudo de Deere e León (2002).

A autonomia econômica não resolve muitos problemas colocados pela exploração, dominação e opressão que as mulheres sofrem, mas permite a visualização de saídas para situações que elas consideram graves. Assim, somente nesses três processos é possível apontar como conteúdo explícito

desse feminismo a luta de classes, a luta por direitos, a defesa da agroecologia, a luta pela soberania alimentar, pela necessidade de uma reforma agrária popular; no enfrentamento à violência contra as mulheres, a importância da auto-organização, entre outros conteúdos, que demonstram a complexidade de temas que são importantes para a construção da luta das camponesas, tornando a leitura do que é feminismo mais complexa do que é retratada majoritariamente.

O conteúdo teórico/político

Nosso leito histórico nos leva ao marxismo

O MMC tem como referência não só as diversas lutas de resistência e anticoloniais do nosso continente, como também as travadas pelas mulheres socialistas, comunistas, mas não apenas. As lutas das indígenas e quilombolas, que resistiram contra os colonizadores, pela sobrevivência do seu povo, de várias formas, são parte do que o MMC tem buscado construir como referência do seu feminismo. Mulheres que, independentemente do reconhecerem-se como feministas, muito contribuíram, com suas ações e reflexões, para a liberdade das mulheres. É assim que, no MMC, entendemos que as mulheres que construíram lutas de resistência e/ou as lutas revolucionárias são parte de um leito histórico, que é o que as camponesas querem resgatar. Essas lutas as levam a se reconhecer no marxismo criativo vivenciado, especialmente, na América Latina e Caribe, por Che Guevarra (HEREDIA, 1989) e José Carlos Mariátegui (MARIATEGUI, 2010), entre outros.

É possível perceber, na construção das lutas do MMC, que a transformação da realidade está no horizonte de todas as suas ações. Elas se entendem como parte da classe trabalhadora que está em luta para a construção de uma sociedade emancipada, sem classes, sem o patriarcado e sem o racismo. Se pensamos nas camponesas da base, elas não escrevem ou falam diretamente sobre Karl Marx, mas o conceito de luta de classes é percebido em todos os esforços. No início do movimento, as militantes mais velhas lembram: “nossa luta falava de gênero e classe”. Nesse sentido, o marxismo aparece como uma teoria revolucionária que se constrói analisando o mundo para transformar.

Algumas vezes o marxismo aparece com a teologia da libertação. Juntos, marxismo e teologia da libertação,⁸ para o Feminismo Camponês Popular são parte do método de transformação da realidade.

É necessário lutar e conquistar hoje mais direitos e igualdade substancial para as mulheres, para negras e negros, indígenas, como parte da construção do socialismo. Por isso, o Feminismo Camponês Popular tem como leito histórico a vida de várias lutadoras do povo.

Esse leito histórico tem muitas camponesas, inclusive todas aquelas que, mesmo não tendo conseguido se rebelar, resistiram da forma que puderam, no seu cotidiano. As camponesas do País Basco (*Euskal Herria*) diziam, no II Seminário Internacional: “somos netas das bruxas que não conseguiram queimar”;⁹ as do Brasil diziam: “somos filhas de Dandara”;¹⁰ as do Paraguai, afirmavam: “somos filhas da Índia Juliana”.¹¹ No MMC se estuda a vida e escritos de lutadoras como Rosa Luxemburgo, Clara Zetkin, Heleieth Saffioti, Nadesda Krupskaya, Zilda Xavier, Rose Marie Muraro, Ivone Gebara e Nancy Cardoso, Angela Davis, entre outras. Para o MMC, essas figuras, com sua militância e produção teórica, também são parte do seu leito histórico.

Auto-organização como princípio

O debate sobre auto-organização na Cloc, nem sempre é dos mais tranquilos. Alguns movimentos mistos (quanto ao gênero dos participantes) ainda apresentam dificuldades em reconhecer a importância de uma organização que luta pelos direitos das mulheres e, a partir dessa discussão, insere-se em diversas lutas que são importantes para mudar a vida das mulheres e da humanidade. Essa dificuldade de entendimento ainda guarda forte ligação com a ideia de uma luta de classes na qual o sujeito é genérico, não tem sexo nem raça, mesmo que

⁸ Sobre Teologia da libertação, ler: BOFF, Leonardo. *Do lugar do pobre*. Petrópolis: Vozes, 1984; e BOFF, Leonardo. *Teologia do cativo e da libertação*. Petrópolis: Vozes, 1980.

⁹ Na região que hoje é o País Basco, a partir da colonização espanhola, muitas mulheres camponesas foram acusadas de bruxas e perderam suas terras. Na região, o símbolo da bruxa tem sido lembrado como memória de luta das mulheres (informação recebida em um seminário sobre feminismo, agroecologia e soberania alimentar realizado em 2017, do qual a autora participou).

¹⁰ Dandara foi uma líder quilombola que as camponesas têm como símbolo de resistência e luta.

¹¹ A Índia Juliana lutou contra o domínio espanhol e foi espartilhada para ficar como exemplo do que aconteceria com os que se rebelassem. Essa é uma referência que as camponesas da Conamuri (articulação de mulheres camponesas e indígenas do Paraguai) trazem de luta.

isso não seja dito assim. Guarda também a ideia de que é preciso que a prioridade de um movimento seja uma pauta diretamente econômica, subordinando a política a uma análise restritiva do que é economia. Às vezes, falta o reconhecimento de que as demandas reais (objetivas) da vida da classe passam, necessariamente, por questões de raça/etnia e gênero (GONZALEZ, 1979; DAVIS, 2016).

Atualmente, a grande maioria das organizações da Cloc conta com algum tipo de espaço auto-organizado: secretaria de mulheres, setores de gênero, encontros de mulheres etc., mesmo que nem sempre seja nítido que esses espaços partem da mesma lógica que levou à existência de movimento auto-organizado de mulheres.

Para o Feminismo Camponês Popular, pensado a partir do MMC, a auto-organização é um princípio, um fundamento da luta das mulheres. Apenas organizadas em espaços só de mulheres torna-se possível enfrentar, com maior segurança, alguns debates sobre a vida das mulheres, assim como construir formas de melhor se colocarem nas lutas com os companheiros. O MMC não espera superar a realidade do capitalismo, patriarcado e racismo apenas entre as mulheres, mas entende que são necessários espaços em que elas possam se organizar, formarem-se e construírem-se como sujeito da história. Os espaços auto-organizados são também espaços de compreensão da teoria e da prática feministas, de superação de medos e inseguranças e fortalecimento político, no qual, sem a presença dos homens (que, historicamente, são os responsáveis por calar as mulheres), é mais fácil se colocar e falar sobre suas necessidades.

Não estamos dizendo que, nesse espaço, não existem diferenças, disputas, até mesmo desigualdades. Entretanto, a forma como as mulheres dentro de um mesmo movimento buscam se ouvir e se relacionar na política é diferente da forma como os homens, em geral, tratam as mulheres na luta política. Atualmente, o MMC enxerga que é pelo feminismo que iremos construir a sociedade justa que queremos.

Organização, formação e luta (unitária) como tripé¹²

O MMC é um movimento social popular sustentado a partir de um tripé que entende, primeiramente, a necessidade de um organizador coletivo, composto pelas camponesas, mas que está além delas, que tem, no entendimento e acordos coletivos construídos em reuniões, encontros, congressos etc., sua força, e cujos objetivos não são pessoais ou privados, mas da organização. O movimento é esse organizador coletivo, que busca ser o lugar onde as camponesas ampliem suas forças para travar as lutas.

Um dos elementos que o estudo do Feminismo Camponês Popular traz à reflexão sobre o sujeito da revolução¹³ é o debate quanto à organização. Para o MMC, ficou evidente o papel que tem a organização (movimento, frente, partido etc.) em formar uma consciência crítica, permitir que pessoas que parecem tão diferentes se vejam em outra do mesmo espaço organizado, e ampliar as forças em qualquer ação. A organização (mesmo as de esquerda, mesmo as mais revolucionárias) não é um espaço sem contradições, sem disputas, muito pelo contrário, mas é em coletivo no qual os limites individuais podem ser superados.

Percebemos que não é ser operário, camponês, mulher, homem, negro, negra, indígena, ser o que quer que sejamos, que nos atribui, naturalmente, um papel revolucionário para mudar o estado explorador, dominador e opressor das coisas. Óbvio que essas condições nos trazem elementos concretos, a partir das experiências vividas, que podem ser os primeiros fundamentos da transformação, mas é na organização que as e os diferentes sujeitos se juntam e podem construir a transformação. Parece-nos que, sem a organização, somos todos sacos de batatas.

As camponesas da Cloc e do MMC vivenciam a luta de resistência e de construção todos os dias, mas é em suas organizações que elas afinam a leitura da realidade, por meio da formação, dos debates, das lutas, das reuniões, dos

¹² Existe uma relação complementar entre as lutas, a organização e a formação. Pensá-las de forma separada é apenas um instrumento didático.

¹³ Esse debate faz referência àqueles travados no âmbito da esquerda marxista no mundo e também no Brasil, sobre o responsável pela construção da revolução ser a classe trabalhadora de cada país, muitas vezes entendida como o trabalhador apenas fabril (uso só o masculino, porque a eles se resumia). Compreende-se, com o estudo do Feminismo Camponês Popular, que a classe trabalhadora é, como apontam Ricardo Antunes (ANTUNES, 1999) e Marcelo Badaró Mattos (MATTOS, 2019), a classe que vive do trabalho.

intercâmbios, e é por intermédio da organização que elas vão construir as lutas de transformação.

A formação, por sua vez, é uma maneira de estabelecer unidade de pensamento, de análise, criar sínteses comuns, a partir da divergência. Para o MMC, a formação não parte da ideia de que alguns sabem e irão passar o conhecimento, mas, sim, da lógica do diálogo, uma prática pedagógica fundamentada em Paulo Freire (1967), na qual a troca pedagógica e a busca da transformação social fazem parte de um mesmo processo. A formação no MMC se dá de diversas formas, desde a elaboração de materiais pedagógicos (cadernos, cartilhas, livros) até a realização de cursos, intercâmbios, participação das militantes em cursos de outras organizações, ou trazendo intelectuais parceiras(os) para debaterem temas de interesse das camponesas, assim como no próprio processo de lutas e organização, que vão ensinando um modo de fazer política e de ser. A formação procura sistematizar, coletivamente, o conhecimento, para potencializar as formas para conduzir melhor as ações.

A construção do feminismo no MMC foi sendo realizada tendo como base as lutas por direitos e transformações, como demonstrado anteriormente. Essas lutas e análises políticas levaram as camponesas a montarem organizações locais, estaduais e depois pensarem na importância de ter abrangência nacional. A compreensão de que apenas a luta pode mudar a vida das camponesas para melhor é o motor desse movimento.

A luta no MMC carrega o elemento da unidade como condição de existência e resistência dos povos. O entendimento do MMC sobre a unidade dá conta de pensá-la como uma necessidade e como uma perspectiva de modo de lutar. A luta feminista, para transformar o mundo e a vida das mulheres, não pode ser construída em uma só organização. Nesse sentido, o MMC tem sempre buscado construir, com outras organizações feministas e com mulheres de organizações mistas, as lutas de interesses das mulheres da classe trabalhadora.

Outro campo importante de unidade é a própria Cloc e *La Via Campesina*, nas quais os debates sobre a questão da terra e território são centrais e a unidade se dá na luta pela construção da soberania alimentar e da autonomia dos

camponeses e camponesas. Nessa unidade construímos o que hoje chamamos de Feminismo Camponês Popular.

Outro espaço importante de articulação entre trabalhadoras(es) do campo, da floresta, das águas e da cidade, que o MMC constrói como estratégia de transformação da realidade, é o campo do Projeto Popular e a Frente Brasil Popular.

A importância da unidade não esconde seus desafios, ela não pode invisibilizar a diversidade. As diferenças são como forças que se juntam e dão unidade a um projeto comum de transformação que, justamente por ser diverso, procura fazer com que umas se reconheçam nas outras, mas não escondam ninguém.

Enfrentamento ao racismo

O MMC aparece para muitos olhares externos como sendo um movimento de mulheres brancas. Ele não é assim, pois a diversidade étnico-racial, característica marcante do campesinato brasileiro, também se expressa no MMC. Contudo, não se pode negar que o movimento tem uma direção cuja maioria é composta por mulheres brancas e que parte importante da história do movimento foi registrada e contada por mulheres camponesas brancas, majoritariamente da Região Sul. O risco da naturalização da ausência ou presença reduzida de negras e indígenas em espaços de decisão tem sido tema de discussões internas, pois não é mais possível apenas atribuir essa situação a uma expressão do racismo estrutural, sem buscar estratégias reais para mudar essa situação.

Uma das perguntas que o MMC tem procurado responder é: como é possível romper as barreiras que o racismo estrutural impõe às mulheres negras de forma geral e, de forma mais aprofundada, às camponesas negras ou indígenas, no sentido de facilitar a sua participação política?

Desde o seu surgimento como movimento nacional, a valorização das diferenças regionais, culturais e étnico/raciais é debatida no MMC. Uma forma de expressar tais diferenças é o próprio símbolo do movimento, no qual encontra-se uma mulher negra, uma indígena e uma branca, com sua produção,

ferramentas de trabalho e a criança no colo. A valorização dos saberes indígenas, quilombolas, negros; a valorização de suas lutas, história e culturas; de suas crenças e modos de vida são as bases da construção do Feminismo Camponês Popular no MMC. Essa valorização está no leito histórico que o movimento reivindica e pelo qual se apresenta, em especial, nas opções de prioridade na construção de unidade que é a Cloc/Via Campesina. A Cloc é indígena e negra.

Reconhecer, valorizar e se pautar na diversidade cultural e étnico-racial não é a mesma coisa que debater o racismo. Essas ações até podem ser consideradas como formas de enfrentar o racismo, pois, ao dar valor à diversidade, combatem-se os preconceitos. Mas o racismo é mais que preconceito, e é preciso compreendê-lo para combatê-lo melhor. Esse debate e estudo tão necessários sobre o racismo têm começado nos últimos anos de modo mais estruturado, com a discussão em torno do feminismo que o MMC constrói. As reflexões sobre o racismo e sua superação ocorrem a partir dos esforços do movimento para compreender melhor a sociedade brasileira. Hoje, é consenso no MMC que existe uma imbricação indissociável entre o capitalismo, o patriarcado e o racismo, e que o combate a esses sistemas é a única forma de colocar “em pé” o projeto de uma sociedade justa, igualitária e com relações harmônicas com a natureza, que o MMC defende.

Saúde e defesa da vida

A saúde, pensada a partir da lógica camponesa, guarda uma relação direta com a agroecologia, a soberania alimentar e a defesa do território e da natureza. Os ataques feitos ao território, por meio do veneno usado nas grandes plantações que cercam as unidades de produção camponesa, ou da expulsão dos camponeses da terra pelo agronegócio, hidronegócio, mineradoras e diversos outros sujeitos que enxergam a terra apenas como reserva de valor ou gerador de lucro, são ataques à saúde dos povos do campo, das florestas e das águas. Eles são vivenciados na perda do território, mas também, no corpo, com as diversas formas de violência usadas em uma investida ao território, na fome que vem como consequência dela e nas mortes.

Sentir na pele esse debate de saúde mais amplo coloca as camponesas numa luta por saúde também mais ampliada, que aparece expressa na luta pela Seguridade Social, que tem como pilares: assistência social, saúde e previdência.¹⁴ De forma mais precisa, a luta das camponesas pela saúde está no combate aos agrotóxicos, na construção da agroecologia, na defesa do território, na defesa do Sistema Único de Saúde (SUS), e na luta para que o SUS incorpore conhecimentos populares em diálogo com a ciência e se amplie ainda mais. A luta pela saúde também se expressa na busca por entender o funcionamento do corpo das mulheres e, inclusive, pelo reconhecimento do seu trabalho, pois o excesso de trabalho na vida delas também produz adoecimento. Diante disso, os materiais que debatem saúde no MMC não podem ser resumidos apenas aos materiais que trazem esse tema nos seus títulos.

Em 2008, o MMC lançou a cartilha “Gênero, sexualidade e direitos da mulher”, objetivando enfrentar os debates que surgiam a partir da vida e das violências vivenciadas pelas camponesas do movimento. Seu intuito era ampliar as discussões sobre o tema a partir de novos encontros. Essa cartilha tinha uma proposta de encontro e debates sobre os temas da sexualidade, das relações de gênero e dos direitos das mulheres, como forma de propiciar espaços nos quais elas se sentissem à vontade para abordar suas questões sobre um tema que, nas famílias, é tido como algo privado, mas que é responsável por vários tipos de violências e abusos na vida delas.

Encontramos nos documentos históricos (MMC, 2021) vários materiais que tratavam sobre conhecimento do corpo das mulheres e relatos de debates sobre violência sexual contra mulheres e meninas. Esses temas estão presentes em todos os espaços do MMC, seja no plenário de um evento, realizado a partir de uma programação, seja nos corredores ou nos quartos, a partir da conversa entre companheiras.

Pensar a saúde das camponesas é pensar esses vários elementos entre terra, território, natureza e corpo. Por isso, as camponesas chegam à síntese de que quem ataca a vida das mulheres e da natureza compromete a própria vida

¹⁴ Esta, inclusive, é a definição de Seguridade Social (ainda) adotada pela Constituição de 1988, em seu artigo 194: “A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.”

humana. Em 2008, o movimento lançou a cartilha “Mulheres camponesas em defesa da vida” (MMC, 2008a). O lema “Em defesa da vida”, levantado pelo MMC, sofreu muitos tipos de ataques (diretos e indiretos) por parte do movimento feminista, majoritariamente urbano. Havia um certo preconceito e desconfiança, pois essa era a justificativa falsamente usada pelas mulheres conservadoras ao se contrapor ao direito ao aborto. Mas ao longo das lutas conjuntas e com a aproximação do movimento feminista das lutas ambientais, tão caras às camponesas, percebe-se que a luta das mulheres feministas é que de fato representa a luta pela vida, em defesa da vida das mulheres, que se expressa de várias formas: luta por vida digna, com direitos, com respeito à natureza. Hoje as feministas que também são agroecológicas ou ambientalistas entendem que a luta pela vida é a luta das mulheres.

A luta pela saúde é também a defesa da natureza, como elemento fundamental da vida, bem como a luta contra as desigualdades, que levam à pobreza e à morte (MMC, 2008b; PULGA *et al.*, 2018). Portanto, a defesa da vida precisa ser o fundamento da luta socialista, pois o capitalismo mata todos os dias a natureza e as pessoas – morticínio que se dá por muitos motivos, em especial, pela condição de gênero (ser mulher), sexualidade e de raça (não ser branco(a)).

O MMC pensa a saúde de forma integral, buscando refletir sobre as origens da subordinação das mulheres e, ao mesmo tempo, reivindicando a valorização dos seus saberes. A vida e a saúde estão na produção do alimento saudável, no resgate das sementes, na agroecologia, na defesa do SUS, no direito das mulheres de serem quem quiserem. Ou seja, no MMC, a saúde é pensada a partir do fortalecimento do corpo, do psicológico, do território e da preservação da natureza.

Luta por viver livre de violência

Algumas autoras são centrais para compreendermos como o MMC enfrenta o debate sobre violência: Carmen Lorenzoni (2005), com seu trabalho intitulado “A violência nas relações de gênero e classe: uma interpretação a partir das Mulheres Camponesas do Rio Grande do Sul”; a publicação coletiva: *Chega de*

violência contra a mulher: rompendo o silêncio em defesa da vida de Lorenzoni *et al.* (2008); Sandra Marli Rodrigues (2012) com sua monografia: “O processo de superação da violência contra a mulher: direitos, renda e autonomia”; e Isis Táboas (2014): “Viver sem violência doméstica e familiar: a práxis feminista do Movimento de Mulheres Camponesas”, dissertação adaptada para livro (TÁBOAS, 2018).

As duas primeiras autoras estudam situações específicas do processo de enfrentamento à violência, a partir do trabalho do MMC, enquanto Ísis Táboas (2018) consegue apresentar as sínteses desse debate sob um olhar nacional.

A realidade vivenciada pelas camponesas é, em geral, muito dura. A violência faz parte da vida delas desde muito cedo. Michela Calaça (2012, p. 74) faz referência a essa realidade ao observar que, mesmo que o tema violência não fizesse parte das questões levantadas em sua pesquisa sobre a contribuição da agroecologia para autonomia das camponesas, das 37 (trinta e sete) camponesas entrevistadas, 18 (dezoito) relataram casos de violência perpetrada contra elas por maridos e pais. E essa realidade, como tem demonstrado a campanha da Via Campesina, Basta de Violência contra as Mulheres, pode ser estendida para outras áreas rurais.

O enfrentamento à violência, como princípio, vem da constatação de que, enquanto houver mulheres morrendo, apanhando, sendo humilhadas pelo fato de serem mulheres, estão entre as tarefas primordiais do feminismo denunciar, combater e organizar mulheres para que elas se fortaleçam e saiam dessas situações. Essas ações políticas também contribuem para que a violência contra as mulheres deixe de ser entendida como natural e que elas construam, na auto-organização, na busca por autonomia econômica, políticas de Estados de enfrentamento à violência contra as mulheres, saídas para essas situações.

Em 2008, o MMC promoveu um Encontro Nacional em Brasília com o tema “Na sociedade que a gente quer, basta de violência contra mulher!”, que marcou a defesa da vida das mulheres como estratégia do projeto de agricultura camponesa, feminista e agroecológico defendido pelo MMC.

Participação política das mulheres (nas organizações, nos partidos, na vida institucional)

Para as camponesas que já tiveram seu direito de serem reconhecidas como trabalhadoras negado (sequer podiam se sindicalizar), a participação nas comunidades eclesiais de base (CEBs) foi um elemento de impulso para a entrada na política. A Teologia da Libertação, paradigma em que se fundavam as CEBs, tinha como motes de reflexão e ação a interpretação dos evangelhos em favor dos pobres, de justiça para todos e o empenho para a libertação dos pobres na terra. Contribuiu muito para a participação política das camponesas.

A necessidade de construir um movimento de camponesas é a expressão dessa luta por participação, que buscava extrapolar a instância da comunidade eclesial. Muitas camponesas que construíram e constroem o MMC também participavam de outras organizações, nas lutas sindicais, pela terra, pelo direito dos atingidos e atingidas por barragens. Todavia, sentiam a necessidade de um espaço que fortalecesse sua atuação nos espaços mistos.

As mulheres camponesas enfrentam as dificuldades de participação política como um elemento de reflexão e luta para o movimento. O MMC defende que as mulheres em geral, e as camponesas em particular, devem estar representadas em todos os espaços da política. Nesse sentido, a luta institucional também é debatida e vista como uma tática importante na busca de avançar na liberdade e autonomia, procurando influenciar a vida de mulheres, além das organizadas no movimento. O MMC ao longo de sua história teve candidatas a diversos cargos eletivos diferentes, algumas das quais se elegeram.

O Feminismo Camponês Popular surgiu da junção de muitas camponesas que têm ampla participação política em seus países: mulheres que representam outras mulheres que, às vezes, nunca saíram de suas comunidades; mulheres que viajam o mundo lutando para que todas possam participar da construção do seu próprio destino. Esse feminismo constrói seu sentido quando as mulheres participam das lutas, das direções das ações e das organizações, da construção coletiva das formas de pensar e dos projetos dos movimentos. Desse modo, a estrutura organizativa do MMC sai das bases, como as raízes que

sustentam uma planta, passa pelas coordenações municipais e estaduais, como o caule que dá o formato e a estrutura dessa planta, e termina com uma coordenação e direção nacionais, que são a copa. Muitas vezes, essas duas estruturas, que estão mais distantes do solo, são as mais vistas na participação, mas elas só existem e ficam em pé porque as raízes existem e as sustentam. Mas, diferentemente das plantas, no MMC, as raízes viram caule, que vira copa, e a copa volta a ser raiz – essa alternância de lugares revigora e fortalece o MMC, que dá frutos e sementes que também vivenciarão as fases de raízes, caule, copa.

Luta LGBTQIA+

O debate LGBTQIA+ e de sexualidade chegou no MMC com força nos últimos quatro ou cinco anos, protagonizado pelas jovens. A existência de mulheres lésbicas e bissexuais no MMC não era uma questão visibilizada, nem a sexualidade era um tema tratado de forma direta, pareciam permanecer na esfera do privado. Pensamos que a não visibilidade das mulheres lésbicas no MMC causava-lhes imensa dor e impedia que o movimento avançasse na compreensão da vida e do corpo delas, de forma mais complexa e menos naturalizada.

Antes de iniciar esse debate de maneira mais direta no MMC, existiam (e, mesmo que em menor quantidade, ainda existem) militantes do movimento que apresentavam dificuldades com o tema, em muitos sentidos: da LGBTQIA+fobia em si, passando por incompreensões, medos diversos, às vezes, medo até de se reconhecer. Não há como negar que a religiosidade podia ser um elemento que reforçava a mencionada prática, mas, ao mesmo tempo, algumas das camponesas muito religiosas foram responsáveis pelas maiores situações de acolhimento e ajuda que companheiras lésbicas e bissexuais já vivenciaram no MMC.

Nos últimos anos, as companheiras lésbicas e bissexuais do MMC conversaram entre si e foram descobrindo que a luta por liberdade e pela vida das mulheres travada no MMC precisava debater mais esse elemento. Passaram a se colocar, pautar o tema nos espaços do movimento, tirar a conversa do corredor ou da hora cultural e trazer para o centro da plenária. Em 2017, foi

montado, de forma “não oficial”,¹⁵ um coletivo LGBTI+.¹⁶ Em 2019, as organizadoras do coletivo fizeram a primeira formação sobre o tema, no encontro de jovens, realizado em Brasília. As sensações eram muitas: medos e felicidades se misturavam, mas ele aconteceu e deu abertura a inúmeros depoimentos fortes, cheios de amor e dor, mas dispostos a contribuir para luta de transformação da sociedade em um lugar sem LGBTQIA+fobia.

Estava criado oficialmente, após esse encontro, o primeiro coletivo LGBTI+ do MMC. As componentes se deram a tarefa de colocar a pauta LGBTI+ no movimento a partir da formação e das lutas, ajudando todo o MMC a avançar na pauta. Em junho de 2020, mês da visibilidade LGBTQIA+, foi lançada a primeira cartilha: *Feminismo Camponês Popular na Luta Contra a LGBTQIA+fobia* (MMC, 2020) e um vídeo¹⁷ do MMC sobre o tema.

O exemplo do coletivo LGBTI+ do MMC passou a orientar a nova estrutura organizativa, que tem estruturado a divisão de tarefas, desde o final de 2020, por coletivos.

Mística

A mística é um diálogo direto entre o objetivo e o subjetivo. Na forma como a mística é vista pelo MMC, ela é mais que uma apresentação artística e cultural, que acontece nos inícios e finais das atividades. Mas ela é também conteúdo teórico/político do Feminismo Camponês Popular, é um certo sentir a luta, as vivências, as histórias e as construções cotidianas. Esse sentimento não está no ato que se costuma chamar de mística, mas está no próprio sentido da organização, formação e luta camponesas.

Na V Conferência Internacional da Via Campesina, realizada em 2008, em Maputo, Moçambique, Ademar Bogo, do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)/Brasil, falou sobre a mística: “aqui, a mística é a própria existência. Nasce da vida, das formas de trabalhar, se organizar, conviver, lutar etc.”

¹⁵ Nessa época, não havia a adoção oficial, pelo MMC, de coletivos internos como instâncias do movimento. O coletivo LGBTI+ começou, como outros coletivos temáticos, organizado de modo espontâneo pelas companheiras.

¹⁶ Mesmo não existindo homens gays no MMC, foi mantido o G, porque o coletivo achou importante incluir as mães que têm filhos gays. Na Via Campesina e no MMC não tem sido usada a letra Q, por entender que o Q representa uma teoria e não uma identidade de gênero.

¹⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-LrFDHr2jzA>. Acesso em: 12 jul. 2020.

(BOGO, 2008, p. 3). Mais à frente, o autor conclui dizendo que “a mística é o calor que o ânimo precisa para continuar quente” (BOGO, 2008, p. 5).

No sentido amplo, a mística se coloca como uma expressão da força das lutadoras de ontem e de hoje, e de motivação que, muitas vezes, parece não ter sentido, mas que recebe esse sentido da própria luta por libertação. Segundo Adriana Mezdri, Justina Cima, Sirlei Gaspareto e Vanderléia Pluga (MEZADRI *et al.*, 2020, p. 174), “a mística de libertação exige uma coerência entre as convicções e a ação e se manifesta na vivência de novas formas de encarar a realidade”. As autoras defendem que os símbolos escolhidos pelo movimento carregam sua mística. Entendem que essa mística se expressa na bandeira, como síntese dos elementos que constituem o MMC, na cor lilás, que compartilha com as outras feministas, ou no chapéu de palha, típico símbolo do trabalho na roça em diversas regiões do Brasil.

Todavia, também é importante comentarmos esse momento de reflexão que as organizações chamam de mística, que contém formas de falar, apresentar ou de sentir a luta, diferente dos debates, dos estudos, e que pode ser realizado antes de começar as atividades e no seu encerramento. São momentos cheios de arte: pode ser teatro, dança, declamações, *slams*, poema, cordel, e muitas outras formas. Todas se juntam no tripé apresentando anteriormente.

Ernesto Che Guevara falava que todo revolucionário é movido por um enorme sentimento de amor. Pensamos que o lugar em que isso fica mais evidente na luta camponesa é na mística, tanto no seu ritual, que abre ou fecha os momentos de atividades, quanto pensada e sentida de forma mais ampla, que é o que lhe dá sentido. Na/com a mística, sentimento anda ao lado da racionalidade. Ela traz os elementos da luta camponesa: sementes, soberania, diversidade produtiva, feminismo. Ajuda as organizações a olharem para trás, não com saudosismos, mas como impulso para um salto maior à frente. A mística resgata o ontem para hoje e, assim, construímos o amanhã que queremos, pois, ela tem força de luta, cheiro de transformação.

Considerações finais

O surgimento do Feminismo Camponês Popular tem muitas fontes. Fontes de luta de resistência, das experiências organizativas e dos processos de formação. Mas o principal fator, que é importante destacar, é que ele está aberto e em construção. Afinal, na medida em que as camponesas da Cloc constroem a história, vão também construindo seu feminismo. Como ainda é importante destacar a inter-relação entre organização, formação e lutas, pois no processo da Cloc e do MMC esses três elementos de retroalimentam. Cabe também ressaltar que o Feminismo Camponês Popular não pertence a apenas uma organização: é fruto do diálogo, da construção coletiva que, para ser feita, demanda também processos internos que sempre sofrem influência dos processos coletivos externos.

Outra questão que se apresenta nos elementos trazidos na construção do Feminismo Camponês Popular é o porquê chamar as lutas por sementes, em defesa do território, pela reforma agrária, pela agroecologia, entre outras feitas pelas mulheres camponesas, de luta feminista? Talvez essa pergunta seja o principal elemento que pretendíamos demonstrar neste artigo. Vários estudos¹⁸ têm demonstrado que as mulheres camponesas conseguem travar a luta feminista e construir um processo de consciência feminista (ÁLVARO, 2013) na medida em que se organizam, saem de casa e protagonizam diversas lutas, não apenas aquelas que são historicamente identificadas como feministas.

Esses estudos e a própria construção do MMC e da Cloc demonstram que a luta das mulheres demanda diversos níveis de enfrentamento do lugar destinado a elas pelo patriarcado. Elas precisaram enfrentar os discursos científicos e de autoridade dos técnicos e técnicas que diziam que o conhecimento delas não era válido; dos companheiros que, muitas vezes, em nome de uma visão comercial, queria “modernizar” sua produção; das suas comunidades que questionavam o porquê de essa mulher não parar mais em casa. As lutas enfrentadas por mulheres são sempre agravadas pelo patriarcado e, as das mulheres indígenas ou negras, pelo racismo, fazendo com que sua construção vá se consolidando como uma luta feminista antirracista. Esse é o

¹⁸ JALIL, 2009; CINELLI, 2012; CALAÇA, 2012; ÁLVARO, 2013; BONI, 2017; CALAÇA; SEIBERT, 2017; CALAÇA; CONTE; CINELLI, 2018; GASPARETO, 2018; CALAÇA; SEIBERT; CINELLI, 2020; SANTOS; BETTO, 2021.

sentido principal desse artigo: tirar a análise sobre o feminismo de um certo olhar específico e trazer o feminismo como expressão, resultado e construção das lutas travadas pelas camponesas.

Percebemos a cada pauta e luta das camponesas que acompanhamos, seja no Brasil ou na América Latina, que elas sempre precisam provar que estão certas. Suas análises, a princípio, são sempre questionadas, sempre colocadas em dúvida, mas foram as camponesas que disseram que a Soberania Alimentar era primordial para a conquista da segurança alimentar e nutricional; foram elas que, aqui no Brasil, primeiro colocaram a importância estratégica para a classe trabalhadora do debate sobre alimentação saudável, quando alguns ainda acusavam-na de ser uma pauta de classe média e não percebiam que alimento saudável carrega cultura, reforma agrária, unidade do campo, floresta e água com a cidade.

Na medida em que demandam um processo coletivo de organização, as lutas das camponesas faz com as mulheres se reconheçam nos seus dilemas e violências cotidianas, também nas suas forças e vitórias, assumindo protagonismos antes difíceis de serem vistos. Compreendemos que a luta feminista surge e acontece a partir do que é pauta da vida das mulheres, e essa pauta se diversifica a partir da realidade que cada uma vive, mas podem se apresentar de forma genérica como uma construção de autonomia e liberdade. Autonomia e liberdade essas que têm diversos parâmetros. Nesse sentido, essa luta pode ser iniciada por inúmeras demandas, pois, na diversidade do que é ser mulher, o primeiro passo pode ser a necessidade de ter acesso à terra ou o direito à educação, ao trabalho, ou ao trabalho com o direito, pois sempre trabalhou, em defesa do seu território e modo de vida. Seja qual for a luta, ela vai colocar essa mulher em uma nova condição política e pessoal.

Das experiências apresentadas na primeira seção deste artigo, dois processos são fundamentais ao reconhecimento como feministas: a formação que vai estudar a luta das mulheres ao longo da história e, nesse sentido, conhecer e se reconhecer nas lutas feministas; e as lutas travadas com as mulheres que já se consideram feministas, haja vista que as lutas conjuntas entre o movimento feminista e as mulheres do movimento camponês foram também formadoras

dessa consciência feminista que hoje se denomina Feminismo Camponês Popular.

É importante destacar que o Feminismo Camponês Popular não é um somatório dessas lutas, como também não é uma vertente, mas é a expressão cotidiana das lutas camponesas enfrentadas pelas mulheres, o que o torna mais complexo do que um simples somar de lutas, que podem inclusive ter outros nomes em outras realidades vivenciadas pelas camponesas da América Latina e Caribe.

Referencias

- ALMEIDA, Sílvio. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019.
- ÁLVARO, Mirla Cisne. *Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil*. 2013. 408 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://www.bdttd.uerj.br:8443/handle/1/15881>. Acesso em: 19 set. 2022.
- ANAMURI – Asociación Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas. *Hacia la construcción del feminismo campesino y popular*. Santiago: ANAMURI, 2015.
- BOGO, Ademar. A mística: parte da vida e da luta. In: V Conferência Internacional da Via Campesina, 5., Maputo, 2008. *Anais...* Maputo: Via Campesina, 2008.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Correa. A pesquisa participante: um momento da educação popular. *Revista de Educação Popular*, Uberlândia, v. 6, n. 1, p. 51-62, 2007. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/19988>. Acesso em: 10 out. 2022.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo (Orgs.). *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BONI, Valdete. O feminismo chegou ao campo: apontamentos sobre um feminismo camponês. In: MUNDOS DE MULHERES, 13., Florianópolis, 2017. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 2017.

- CALAÇA, Michela. *O feminismo camponês popular: resistência e revolução*. 2021. 452 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2021.
- CALAÇA, Michela. *Rompendo a cerca do isolamento: as relações entre a agroecologia e as questões de gênero*. 2012. 185 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.
- CALAÇA, Michele; CONTE, Isaura Isabel; CINELLI, Catiane. Feminismo camponês e popular: uma história de construções coletivas. *Revista Brasileira de Educação do Campo*, Tocantinópolis, v. 3, n. 4, p. 1156-1183, 2018. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/4993>. Acesso em: 25 out. 2023.
- CALAÇA, Michele; SEIBERT, Iridiane. Aproximações teórico/políticas entre a agroecologia e o feminismo camponês popular do MMC. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE AGROECOLOGIA, 6., Brasília, 2017. *Anais...* Brasília: ABA, 2017. Disponível em: <http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/501>. Acesso em: 20 maio 2020.
- CALAÇA, Michela; SEIBERT, Iridiane; CINELLI, Catiane. Sementes da resistência na construção cotidiana do Feminismo Camponês e Popular. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 11., São Cristóvão, 2020. *Anais...* Brasília: ABA, 2020. <http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/index.php/cadernos/article/view/4514/3262>. Acesso em: 23 dez. 2020.
- CINELLI, Catiane. *Programa de sementes crioulas de hortaliças: experiência e identidades no movimento de mulheres camponesas*. 2012. 113 f. Dissertação (Mestrado em Educação nas Ciências) – Pós-graduação em Educação nas Ciências, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2012. Disponível em: <https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/handle/123456789/752?show=full>. Acesso em: 9 set. 2022.
- CINELLI, Catiane; MEZADRI, Adriana. *A construção do feminismo no Movimento de Mulheres Camponesas*. Chapecó: ANMC, 2014.
- CONTE, Isaura; CALAÇA, Michela; TABORDA, Noeli. Divisão sexual do trabalho. In: MEZADRI, Adriana et al. *Feminismo camponês popular: experiências e reflexões a partir do movimento de mulheres camponesas*. São Paulo: Expressão Popular, 2020. p. 123-132.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FEDERICI, Silvia. *O patriarcado do salário*. Volume 1. São Paulo: Boitempo, 2021.

- FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Elefante, 2019.
- FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. *Cadernos de Campo*, São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006.
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- GASPARETO, Sirlei Antoninha Kroth. *Pedagogia da sementeira: a construção de saberes pelo Movimento de Mulheres Camponesas no programa de sementes crioulas*. São Paulo: Dialogar, 2018.
- GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (Orgs.). *Lélia Gonzalez: Por um feminismo afro latino americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020a [1979]. p. 49-64.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura do Brasileira. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (Orgs.). *Lélia Gonzalez: Por um feminismo afro latino americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020b [1984]. p. 75-93.
- HEREDIA, Fernando Martínez. *El Che y el socialismo*. Havana: Casa de las Américas, 1989.
- JALIL, Laeticia Medeiros. *Mulheres e soberania alimentar: a luta para a transformação do meio rural brasileiro*. 2009. 197 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/1241>. Acesso em: 5 out. 2022.
- KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena *et al.* (Orgs.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009.
- LORENZONI, Carmen. *A violência nas relações de gênero e classe: uma interpretação a partir das Mulheres Camponesas do Rio Grande do Sul*. 2005. 79 f – Trabalho de conclusão de curso (Especialização) – Estudos Latino-Americanos, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2005.
- LORENZONI, Carmen *et al.* *Chega de violência contra a mulher: rompendo o silêncio em defesa da vida*. 2. ed. Passo Fundo: Batistel, 2008.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. *Sete ensaios de interpretação sobre a realidade peruana*. Tradução de Felipe José Lindoso. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular; Clacso, 2010.

- MEZADRI, Adriana *et al.* (Orgs.). *Feminismo Camponês Popular: reflexões a partir de experiências no Movimento de Mulheres Camponesas*. São Paulo: Outras Expressões, 2020.
- PULGA, Vanderléia Laodete *et al.* *Mulheres Camponesas: semeando agroecologia, colhendo saúde e autonomia*. Porto Alegre: Rede Unidas 2018.
- RODRIGUES, Sandra M. da R. *O processo de superação da violência contra a mulher: direitos, renda e autonomia*. 2012. 37 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Curso de Pedagogia para Educadores do Campo, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2012.
- RODRÍGUEZ, Francisca; AMORIM, Jaime; TÓRREZ, Fausto. *Nuestros desafíos para construir una sociedad socialista*. Havana: ANAMURI; MST; ATC, 2019.
- SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.
- SANTOS, Iolanda Araújo Ferreira dos; BETTO, Janaina. Movimentos sociais rurais e feminismos: percursos e diálogos na construção do feminismo camponês e popular. *Caderno CRH*, Salvador, v. 34, 2021.
- TABOAS, Ísis Menezes. *É LUTA! Feminismo Camponês Popular e enfrentamento à violência*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.
- TABOAS, Ísis Menezes. *Viver sem violência doméstica e familiar: a práxis feminista do Movimento de Mulheres Camponesas*. 2014. 166 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) – Pós-graduação em Direitos Humanos e Cidadania, Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

Documentos analisados

- CLOC – Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo. Declaración VI Asamblea de Mujeres CLOC-LVC. Cuba, 2019a.
- CLOC – Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo. Declaración política del VII congreso de la CLOC. Cuba, 2019b.
- CLOC – Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo. Nuestros desafíos para construir una sociedad socialista. Desde el Territorio, Unidad, Lucha y Resistencia por el Socialismo y la Soberanía Alimentaria. “Rumbo al VII Congreso”. Cuba, 2019c.
- CLOC – Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo. Articulación de Mujeres De La Cloc. La lucha feminista, campesina y popular de las mujeres del campo de la CLOC/LVC. Documento interno. Cuba, 2018a.
- CLOC – Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo. Memoria da IV escuela continental de mujeres lideresas de la CLOC – La Via Campesina (relatoría por días). Chile, 2018b.

- CLOC – Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo. Articulación de mujeres de la CLOC. Documento de estudio en preparación hacia la VI Asamblea Continental de mujeres de la CLOC – La Via Campesina. Cuba, 2018c.
- CLOC – Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo. Material da reunião de la Articulação de Mulheres del Campo. Cuba, 2016a.
- CLOC – Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo. Memoria da III Escuela Continental de Mujeres Lideresas de la CLOC – La Via Campesina. Nicaragua, 2016b.
- CLOC – Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo. Feminismo camponês e popular: texto preliminar para debate na V Assembleia de Mulheres da CLOC/LVC. Argentina, 2015a.
- CLOC – Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo. Declaración de la V Asamblea de Mujeres de la CLOC, Argentina, 2015b.
- CLOC – Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo. Declaración Final VI Congreso. Argentina, 2015c.
- CLOC – Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo. Memoria de la reunión previa al encontró de mujeres em Yakarta da La Via campesina. Chile, 2013.
- CLOC – Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo. Apuntes para el debate sobre feminismo una experiencia en América Latina (exposición de Francisca Rodriguez), en la asamblea de mujeres Yakarta. Chile, 2013a.
- CLOC – Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo. Articulación de Mujeres. Memorias de reunión 12 y 13 de Maio, 2012. República Dominicana, 2012a.
- CLOC – Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo. Propuesta de objetivos, metodología y de programa tentativa para a Escola Continental de las Mujeres del Campo. Colômbia, 2012b.
- CLOC – Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo. Articulación de Mujeres. Apuntes, debates e ideias centrales sobre feminismo em Escuela Continental de Mujeres. Colômbia, 2012c.
- CLOC – Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo. Articulación de Mujeres. Evaluacion de la II Escuela de Mujeres de la CLOC. Colômbia, 2012d.
- CLOC – Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo. Articulación de Mujeres. Políticas públicas y soberanía alimentaria. México, 2012e.
- CLOC – Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo. Carta Orgánica de la CLOC-Vía Campesina. 2012f.
- CLOC – Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo. Memória da II Escola Continental de Mulheres Lideranças da Cloc. Colômbia, 2012g.
- CLOC – Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo. Relatoria Taller, Mulheres Sudamérica, Via Campesina. Equador, 2011.
- CLOC – Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo. Articulación de Mujeres. Memoria da evolución de la IV Assamblea de mujeres. Brasil, 2010.

- CLOC – Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo. Articulación de Mujeres. Documento propuesta para el debate. 2010a.
- CLOC – Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo. Articulación de Mujeres. Lineas de trabajo y debate para la IV asamblea continental de las mujeres del campo/CLOC-VC. 2010b.
- CLOC – Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo. IV Asamblea de Mujeres del Campo: Declaración de Quito, Quito – Peru, 2010c.
- CLOC – Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo. Declaración de Quito. Quito – Peru, 2010d.
- CLOC – Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo. Declaración de la III Asamblea Continental de Mujeres del Campo, Iximulew, Guatemala. 2005a.
- CLOC – Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo. Declaración del IV Congreso de la Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo. Guatemala, 2005b.
- CLOC – Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo. Declaración de la II Asamblea Latinoamericana de Mujeres del Campo. México, 2001a.
- CLOC – Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo. Declaração de Tlalpan. México, 2001b.
- CLOC – Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo. Declaración de Brasilia. Brasil, 1997.
- LA VIA CAMPESINA. Declaración Política V Asamblea de Mujeres de La Vía Campesina. Dério, 2017a.
- LA VIA CAMPESINA. Las luchas de La Via Campesina por la reforma agraria, la defensa da la vida, la tierra y los territorios. Harare-Zimbabwe, 2017b.
- LA VIA CAMPESINA. Manifiesto de las Mujeres de La Via Campesina. Yakarta, 2013.
- LA VIA CAMPESINA. Cartilha da Campanha Internacional ;Basta de violência contra las Mujeres! Brasília, 2012.
- LA VIA CAMPESINA. Declaración de la III Asamblea de las mujeres LVC. Maputo, 2008.
- LA VIA CAMPESINA. Declaración de la II asamblea internacional de mujeres rurales. São Paulo, 2003.
- MMC BAHIA. Vídeo sobre a história do MMC na Bahia. V encontro dos Diálogos Pedagógicos a partir do Feminismo Camponês Popular. Riacho de Santana, 2021.
- MMC. Feminismo Camponês e Popular. Chapecó, 2018.
- MMC. Relatório do II Seminário Internacional Feminismo Camponês e Popular. Luziânia, 2017a.
- MMC. Relatório do III Seminário Internacional Feminismo Camponês e Popular. Luziânia, 2017b.
- MMC. MMC, mulheres camponesas rompendo o silêncio e lutando pela não violência. 2. ed. Passo Fundo: Secretaria Nacional, 2015a.

- MMC. Relatório do I Seminário Internacional Feminismo Camponês e Popular. Luziânia, 2015b.
- MMC. Avançando a partir de uma perspectiva feminista para a construção da soberania alimentar no Brasil: Fortalecimento do Movimento de Mulheres Camponesas. Passo Fundo: ANMC, 2013.
- MMC. Mulheres camponesas construindo autonomia através da produção de alimentos saudáveis. Passo Fundo: ANMC, 2011.
- MMC. Camponesas promovendo soberania alimentar com a diversidade brasileira. 2011b.
- MMC. Gênero, sexualidade e direitos das mulheres. Chapecó: 2008a.
- MMC. Feminismo Camponês Popular na Luta Contra a LGBTIfobia. Chapecó, 2020.
- MMC. Mulheres camponesas em defesa da saúde e da vida. Passo Fundo: AMTR-Sul, 2008b.
- MMC. Organizar a base, produzir alimentos saudáveis, construir caminhos de libertação. Passo Fundo: AMTR-Sul, 2007.
- MMC. Nenhuma Mulher Trabalhadora Rural Sem Documentos. Cartilha do MMC. 5. ed. Passo Fundo: AMTR-Sul, 2004.
- MMC. Curso nacional de Formação. Relatório Interno do MMC. Brasília, 2003.
- MMC. Trabalho de base: organizando o MMC construímos caminhos de libertação. Chapecó, [s.d.].
- MMC. Sementes de vida nas mãos das mulheres camponesas. Chapecó: AMTR-Sul, [s.d.].

Como citar

CALAÇA, Michela Katiuscia. Feminismo camponês popular: integração de lutas. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, e2331109, 30 jun. 2023. DOI: https://doi.org/10.36920/esa31-1_st04.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.